



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**  
**2ª Câmara de Coordenação e Revisão**

VOTO Nº 1047/2014

NOTÍCIA DE FATO Nº 1.34.015.000644/2013-28

ORIGEM: PRM – SÃO JOSÉ DO RIO PRETO/SP

PROCURADOR DA REPÚBLICA OFICIANTE: SVAMER ADRIANO CORDEIRO

RELATOR: JOSÉ BONIFÁCIO BORGES DE ANDRADA

NOTÍCIA DE FATO. CRIME DE APROPRIAÇÃO INDÉBITA (CP, 168). PROMOÇÃO DE DECLÍNIO DE ATRIBUIÇÕES. PREJUÍZO SUPOSTO PELA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CEF). INTERESSE FEDERAL. ART. 109, INC. IV, CF. DESIGNAÇÃO DE OUTRO MEMBRO DO MPF.

1. Trata-se de procedimento instruído com cópia de sentença proferida em ação ordinária ajuizada com o intuito de ver rescindido contrato de mútuo de dinheiro à pessoa física para aquisição de material de construção no programa de carta de crédito individual com recursos do FGTS e garantia de caução, além de indenização por danos morais, proferida pela Justiça Federal.

2. Esclarece o il. Procurador da República oficiante que a ação foi ajuizada em face da CEF e do Município de São José do Rio Preto/SP, com o intuito de rescindir contrato de mútuo firmado entre a autora e tais entidades, após ter sido contemplada para participar do “Programa de Reformas, Melhoria e Ampliação de Unidades Habitacionais de Interesse Social”, onde, depois de dois anos e meio da assinatura do mencionado contrato, não fora realizada obra alguma em seu imóvel; promoveu o declínio de atribuições por não vislumbrar interesse federal.

3. O contrato previa que a CEF emprestaria à autora a quantia de R\$ 10.122,52, com desconto de R\$ 8.619,68 (referente à utilização de recursos do FGTS não – pertencentes à mutuária, além de uma contrapartida do Município). Da conta aberta em nome da autora – movimentada pelo Município - todo o dinheiro depositado pela CEF foi transferido à empresa contratada pelo Município, sem a realização da obra. Apesar do Município ter sacado os valores não providenciou o repasse à empresa construtora.

4. Julgada parcialmente procedente a demanda, para decretar a rescisão contratual, desconstituição de qualquer dívida contraída em nome da autora referente ao contrato em comento e atribuir a responsabilidade contratual ao Município pela dívida contraída em nome da autora em virtude da utilização dos recursos repassados pela CEF.

5. Extraí-se da r. sentença a expressa referência ao prejuízo suportado pela CEF, pois houve a apropriação do dinheiro contratualmente repassado, sem a devida contraprestação, sobressaindo, portanto, o interesse da União, nos termos do art. 109, inciso IV, da CF.

6. Designação de outro membro do Ministério Público Federal para prosseguir na persecução penal.

Trata-se de procedimento instruído com cópia de sentença proferida em ação ordinária ajuizada com o intuito de ver rescindido contrato de mútuo de dinheiro à pessoa física para aquisição de material de construção no programa de carta de crédito individual com recursos do FGTS e garantia de caução, além de indenização por danos morais, proferida pela Justiça Federal.

2. Esclarece o il. Procurador da República oficiante que a ação foi ajuizada em face da CEF e do Município de São José do Rio Preto/SP, com o intuito de rescindir contrato de mútuo firmado entre a autora e tais entidades, após ter sido contemplada para participar do “Programa de Reformas, Melhoria e Ampliação de Unidades Habitacionais de Interesse Social”, onde, depois de dois anos e meio da assinatura do mencionado contrato, não fora realizada obra alguma em seu imóvel; promoveu o declínio de atribuições por não vislumbrar interesse federal.

3. Os autos foram encaminhados à 2ª CCR para exercício da função revisional nos termos do art. 62, inciso IV, da LC 75/93. É o relatório.

4. O contrato previa que a CEF emprestaria à autora a quantia de R\$ 10.122,52, com desconto de R\$ 8.619,68 (referente à utilização de recursos do FGTS não – pertencentes à mutuária, além de uma contrapartida do Município), fl. 3. Da conta aberta em nome da autora – movimentada pelo Município, fl. 5v- todo o dinheiro depositado pela CEF foi transferido à empresa contratada pelo Município, sem a realização da obra. Apesar do Município ter sacado os valores não providenciou o repasse à empresa construtora.

5. Julgada parcialmente procedente a demanda, fl. 5, para decretar a rescisão contratual, desconstituição de qualquer dívida contraída em nome da autora referente ao contrato em comento e atribuir a responsabilidade contratual ao

Município pela dívida contraída em nome da autora em virtude da utilização dos recursos repassados pela CEF.

6. Extrai-se da r. sentença a expressa referência ao prejuízo suportado pela CEF, pois houve a apropriação do dinheiro contratualmente repassado, sem a devida contraprestação, sobressaindo, portanto, o interesse da União, nos termos do art. 109, inciso IV, da CF.

7. A corroborar a afirmação supra destaca-se: *“A simples rescisão contratual implicará em um prejuízo à CEF, que ficará com a dívida, sem ter como cobrar do beneficiário. Ocorre que o Município também é signatário do contrato, logo, a partir do momento em que a autora é retirada da relação contratual, o Município passa a assumir o prejuízo, até porque se apropriou ou foi o responsável pelo repasse dos recursos a uma empresa que não recebeu os valores.*

Com estas considerações, voto pela designação de outro membro do Ministério Público para prosseguir na persecução penal.

Remetam-se os autos ao il. Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de São Paulo, para cumprimento. Cientifique-se o il. membro oficiante.

Brasília-DF, 17 de fevereiro de 2014.

**José Bonifácio Borges de Andrada**  
Subprocurador-Geral da República  
Membro Titular – 2ª CCR